

CLASSES, REGIMES FABRIS E MUDANÇA SOCIAL NO NORDESTE BRASILEIRO*

Antônio Sérgio Alfredo Guimarães**
Nády Araújo Castro**

Uma catedral no deserto, um elefante branco, um enclave. Estes têm sido alguns dos termos usados na literatura econômica para referir-se às consequências da implantação, nos anos 70, do Segundo Pólo Petroquímico brasileiro no município baiano de Camaçari, a 40 km de Salvador, no Nordeste do Brasil. Supõe-se que os poucos laços regionais da indústria em termos de insumos e produtos, não só foi incapaz de reverter o atraso industrial da região como nenhum efeito importante teve sobre o seu tecido social senão proporcionar o aparecimento de uma débil classe média e de uma aristocracia operária ainda mais débil (Oliveira, 1987).

De fato, têm tido pouca repercussão os trabalhos que, pondo a devida ênfase sobre as relações de classe ao nível local, esclarecem o contexto sócio-político em que a decisão locacional do Pólo foi tomada (Suarez, 1985; Guimarães, 1987). Ainda menos notados têm sido os que alertam para os profundos efeitos da indústria petroquímica sobre a estrutura de classe e sobre a formação da classe trabalhadora regional (Guimarães, 1986; Guimarães e Castro, 1988).

Como esses trabalhos têm ressaltado, transformações na dinâmica do desenvolvimento capitalista e na organização dos processos de trabalho são elementos decisivos ao entendimento da diferenciação das classes sociais, diferenciação esta compreendida não apenas no sentido da redefinição da sua composição estrutural, mas da possibilidade de emergência de novos atores sociais e políticos, sujeitos históricos no processo de configuração sócio-espacial da realidade.

Inserido neste corpo de preocupações, esse texto procurará entender como as maciças inversões industriais que marcam o desenvolvimento capitalista recente no Brasil são, a um só tempo, elementos constituídos e constituintes do novo caráter das relações entre as classes.

Os impactos sócio-políticos dos investimentos industriais são especialmente visíveis no Estado da Bahia, onde a burguesia local mesclou-se com executivos estatais e empresários capitalistas para formar a nova burguesia oligopólica da petroquímica. Entretanto, mesmo naqueles sub-espacos onde não emergiram novas burguesias, pois a indústria é totalmente estatizada, a recente industrialização abriu ainda assim a possibilidade para a emergência de novos atores sociais. Queremos nos referir especialmente à formação de novos segmentos trabalhadores.

* Essa é a versão integral do texto apresentado no Seminário "Reestruturação Urbana: Tendências e Desafios", promovido pelo ISA/IUPERJ no Rio de Janeiro, em setembro de 1988. O texto foi escrito a partir dos resultados de pesquisa reunidos durante o projeto "A formação de classe dos trabalhadores químicos e petroquímicos: seus determinantes materiais — economia, política e cultura", desenvolvido no Centro de Recursos Humanos da Universidade Federal da Bahia, que contou com financiamentos da Fundação Ford/ANPOCS — Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais e do CNPq — Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Agradecemos a Maria Rosário Gonçalves Carvalho os comentários e sugestões feitos à versão preliminar do texto.

** Professor(a) do Departamento de Sociologia e pesquisador(a) do Centro de Recursos Humanos da Universidade Federal da Bahia.

De fato, apesar dos objetivos explícitos das gerências e da aparência de afluência e acomodamento sugerida pelos indicadores de renda, os regimes fabris da grande indústria nordestina não têm sido sempre eficazes em integrar e isolar os novos segmentos da classe trabalhadora. A noção de "aristocracia operária" para explicar a ação política desses novos segmentos revela-se assim tão enganadora quanto a noção de enclave. Ao contrário, como demonstra o caso da petroquímica, as políticas gerenciais têm sido incapazes de suprimir o descontentamento e a insatisfação que emergem do sistema de turnos, do estrangulamento das carreiras e do efeito corrosivo da inflação sobre os salários. Muito pelo contrário, a capacidade política desses segmentos parece ser potenciada pelos altos salários, pela boa educação e pelo relativo controle desses trabalhadores sobre o processo de trabalho.

Neste texto procuraremos demonstrar a insuficiência e imprecisão do conceito de enclave, assim como da noção de aristocracia operária, para explicar tanto a industrialização nordestina quanto os seus impactos sobre a cena política e social da região. Tomando como exemplo o Estado da Bahia, nossa tarefa será explicitar os elos entre as classes sociais nordestinas e a industrialização regional. Esses elos se encontram tanto na definição de um projeto desenvolvimentista, quanto nos resultados desse projeto em termos de configuração de uma nova estrutura de classes. Mais ainda, esses elos devem ser buscados na potencialidade de emergência de novos sujeitos históricos que a nova estrutura de classes enseja.

O texto está dividido em três partes. A primeira examina o desenvolvimento industrial do Nordeste, discutindo seus agentes e seus efeitos. Nesta parte executamos três tarefas principais: "destacamos os elos entre as inversões de capital e as classes dominantes, seus interesses e suas representações político-ideológicas;" "apontamos as conexões entre o setor industrial moderno e os demais setores econômicos da região; e ("") distinguimos os possíveis efeitos do novo padrão de produtividade do trabalho e remuneração sobre as condições gerais de produção e reprodução da força de trabalho.

Na segunda parte do texto nos concentramos sobre a análise dos mecanismos que no caso concreto da indústria petroquímica explicam a formação de classe dos novos segmentos trabalhadores. Esse mergulho num caso concreto, apesar de breve, nos permite posteriormente, na parte final do texto, retornar a uma reflexão mais geral sobre o conjunto da região e indagar sobre a validade das generalizações perpetuadas por diferentes modelos explicativos.

I. A REESPACIALIZAÇÃO DA ATIVIDADE INDUSTRIAL

Significativa literatura dedicou-se a explorar a gênese e o caráter da expansão industrial verificada com marcada intensidade no Brasil dos últimos 30 anos. Nela um dos traços reiteradamente acentuados diz respeito à estreita conexão que se estabelece entre o grande capital nacional e internacional, num processo de internacionalização da economia. Forjada inicialmente sob o impulso das indústrias de bens duráveis de consumo, no apagar das luzes da década de 50, esta internacionalização se expressa na plenitude das suas características apenas 10 anos depois (Oliveira, 1972).

As mudanças na base de acumulação visaram aparentemente potenciá-la mediante a incorporação de grandes capitais e de moderna tecnologia concentrados em plantas industriais que instalaram novas modalidades de exploração do trabalho e novos padrões de produtividade, estimulando o desenvolvimento de novos ramos de atividade e incorporando significativos contingentes de trabalhadores em processos de trabalho igualmente novos. Na esteira destas transformações, indústrias como as de material elétrico, mecânica e de transporte adquiriram uma inusitada importância no quadro da economia nacional (Humphrey, 1981).

Nos vinte últimos anos, quando a intensidade do crescimento industrial alcançou os seus momentos mais expressivos, tornaram-se evidentes as diferenças apresentadas por este processo no que se refere seja à natureza da sua base tecnológica, seja

aos padrões de intensidade e de produtividade do trabalho, seja aos mercados e padrões de concorrência, seja à distribuição locacional dos novos empreendimentos.

Carvalho (1987) sistematiza tal diferenciação através dos diversos instrumentos que orientaram a subordinação dos trabalhadores nas décadas de 70 e 80, e condicionaram, portanto, padrões específicos de organização do trabalho, e sistemas também específicos de gestão da mão-de-obra em uma e em outra década.

Assim, a saída da crise dos anos sessenta pela via do chamado "milagre", pareceu fundada principalmente numa modalidade de consumo predatório da força de trabalho, com base na intensificação do trabalho e na contenção dos salários, afastando de modo crescente a remuneração do trabalho dos avanços de produtividade. Esta espécie de subordinação dos trabalhadores sustentava-se em diferentes instrumentos. No plano político era farta a utilização da repressão institucionalizada na dura legislação do trabalho ou na ação da força policial; no plano da vida fabril as altas taxas de rotatividade constituíram-se em elemento de coerção, implacavelmente aplicado por direções administrativas autoritárias e extremamente centralizadas (Carvalho, 1987; Arroio, 1976 e Feirante, 1978).

Carvalho assinala que o desenvolvimento tecnológico experimentado pela indústria de então, no sentido da maior automatização e da integração de processos industriais, tendeu a reforçar o controle gerencial sobre os processos de trabalho, ampliando a subordinação real dos trabalhadores, apesar das limitações inerentes à sua base eletromecânica. Isto ocorreu, entretanto, de maneira bastante diferenciada se consideradas as indústrias de processo produtivo descontínuo, por um lado, ou as indústrias de processos produtivos em fluxo contínuo, por outro.

Nas primeiras, as inovações tecnológicas favoreceram o controle e a intensificação do trabalho, a desqualificação das ocupações ligadas diretamente à produção e a utilização da rotatividade como instrumento de controle. Já nas indústrias de processo contínuo automatizado a sofisticação e integração dos processos já propiciavam um maior controle imediato das gerências sobre os trabalhadores ligados à produção, monitoradores das máquinas e dos processos. Contudo, por suas próprias características, nessas indústrias passa a ser decisiva a confiança no desempenho dos trabalhadores, do que decorre as políticas de estabilização da força de trabalho.

O ingresso na década de 80 trouxe consigo a experiência de uma das mais profundas crises recessivas cuja ultrapassagem tem estado marcada pela busca de posições no mercado externo. Tal busca, por sua vez, sujeita a indústria brasileira a padrões internacionais de concorrência, inatingíveis sem a elevação dos padrões nacionais de eficiência e racionalização de custos, por um lado, e de qualidade dos produtos, por outro.

Dois outros fatores, também sugeridos por Carvalho, definem as principais mudanças do desenvolvimento capitalista industrial brasileiro nos anos 80: a emergência da tecnologia microeletrônica aplicada à automação industrial e a retomada do movimento operário, agora fundado num novo tipo de prática sindical e enriquecido por novas demandas, num contexto político de crise da ditadura e de aguda pressão social pela redemocratização do país.

A confluência desses três fatores parece sugerir que a indústria brasileira vive atualmente um momento de transição, que afeta tanto os trabalhadores, dos quais novas aptidões são requeridas, quanto as gerências, cuja margem de comando sobre o processo produtivo parece haver sido ampliada.

Outrossim, a emergência do chamado "novo sindicalismo", deslocando a atenção das lutas reivindicatórias também para o mundo fabril, e questionando decididamente as condições de subordinação do trabalho, pressionou a equação que presidira, até então, as relações de poder no contexto da fábrica (Maroni, 1982; Humphrey, 1982; Leite, 1985; Vianna, 1984). Alteram-se, assim, "as condições políticas com base nas quais o capital vinha organizando o consumo produtivo da força de trabalho" (Carvalho, 1987:89).

Paralelamente às mudanças ocorridas na organização do trabalho fabril, nos padrões de consumo produtivo da força de trabalho, nas modalidades de gestão da mão-de-obra, nos padrões de competitividade e mercados de referência, outra alteração significativa marcou o desenvolvimento do capitalismo industrial brasileiro, notadamente a partir da superação da crise dos anos sessenta: a mudança do padrão de distribuição locacional dos novos investimentos industriais.

Esta mudança, desencadeada na passagem dos anos 60 aos anos 70, importou na acelerada expansão industrial em direção a novas fronteiras econômicas para o desenvolvimento capitalista nacional. Suas consequências para a configuração da atual feição da economia e da sociedade brasileira são decisivas: ao fazer avançar a modalidade monopolística de organização da atividade econômica em direção a regiões ainda não integradas aos padrões monopolistas de produção, este movimento parece ter se constituído na pedra de toque para a ruptura dessas economias regionais, iniciando o processo de efetiva integração da atividade produtiva sob a égide do grande capital nacional e internacional.

Parece indubitável que o Nordeste brasileiro constituiu-se no grande laboratório desta experiência. A ordem de grandeza das inversões que para ali se deslocaram a partir dos anos 60 foi tal que levou mais de um autor a comparar o esforço de crescimento nordestino com o que se verificara no Japão da "Revolução Meiji"; nem ali, segundo Suarez (1981), os índices de formação bruta de capital chegaram a se igualar aos apresentados no Nordeste dos anos 60.

Este intenso crescimento industrial constituiu-se em elemento importante no processo de superação da crise de acumulação dos anos 60, na medida em que permitiu ativar o setor de produção de bens de capital, já instalado no Sudeste brasileiro, fazendo-o, ademais, a altas taxas de lucro, tanto por se tratar de investimentos fortemente subsidiados pelo Estado, quanto pelo fato de que esta expansão industrial possibilitava o ingresso de capitais monopolisticamente organizados em espaços regionais ainda não-monopolístico (Oliveira e Reichstul, 1972). Basta considerar que até 1970 quase 70% das inversões estavam concentradas em mãos de pouco mais que 10% das empresas (Moreira, 1979:133).

A industrialização do Nordeste

A industrialização do Nordeste aparece, no plano político, como um compromisso entre o projeto de crescimento capitalista em escala nacional e os interesses locais das burguesias regionais. Portanto, pensar as mudanças sociais ocasionadas pelo projeto industrializante dos anos sessenta não é apenas pensar como se reconstituiu o destino de uma região específica, rompendo a "inclinação natural" de seu desenvolvimento. Assim como não foi esse um movimento necessário do capital, também não se esgota na aliança entre a grande burguesia monopolista e a alta burocracia civil e militar a volição e a liderança política do projeto. É igualmente necessário conceber este processo local como parte de um movimento mais amplo que, a um só tempo o subordina, dando-lhe as possibilidades, mas que é determinado pela dinâmica de reconstituição das classes e dos seus projetos no plano local, agora numa feição nacionalmente integrada, o que reestabelece os limites da determinação nacional.

Em outras oportunidades (Guimarães e Castro, 1987; Castro, 1988), caracterizamos detidamente a radical reconfiguração da estrutura industrial nordestina que teve lugar no curto espaço de duas décadas. Mas cabe aqui, certamente, um sumário desse processo.

No alvorecer dos anos 60 a atividade setorial voltava-se essencialmente para o processamento de produtos agrícolas (açúcar, óleos vegetais, algodão) através de estabelecimentos de menor porte que produziam para um mercado de consumidores individuais localizado na própria região. No final dos anos 60, entretanto, a composição setorial da atividade parecia sensivelmente alterada e se aproximava, de maneira já facilmente perceptível, do padrão nacional.

Isto porque, a ação indutora da política de incentivos fiscais, conhecida como "34/18"¹ propiciou o deslocamento de significativa massa de inversões para os segmentos produtores de bens intermediários. No dizer de Araújo (1981:295), "ao absorverem quase 60% dos investimentos realizados pelo sistema de incentivos fiscais e financeiros, [os segmentos referidos acima] aumentaram sua importância de 16% para 41% do valor da transformação industrial da região, entre 1950 e 1975. Enquanto isso, a produção de bens de consumo não duráveis, antiga especialidade do Nordeste, declinava sua participação de 83% para 48% no mesmo período".

De igual modo, a operação desta nova estrutura também se diferenciava da anteriormente vigente, pois agora, nada menos que 58% das vendas se destinava a mercados extra-regionais. Se ainda seguia sendo considerável a parcela destinada ao mercado regional (42% da produção), dois fatos qualificavam a propensão à escassa significação da região como mercado consumidor: por um lado, apenas 10% das empresas se dedicava *exclusivamente* a produzir para o mercado local; por outro, eram exatamente aqueles ramos mais importantes na composição dos investimentos os que estavam mais orientados para os mercados extra-regionais, mormente o mercado internacional (15% das vendas), e o mercado paulista (25% delas).

Assim, depois de apenas dez anos de vigência dos incentivos fiscais, o Nordeste já apresentava um novo perfil de atividade industrial: grandes estabelecimentos produzem novos produtos dirigidos para novos mercados consumidores.

A concentração que se refletia no porte dos investimentos também estava expressa na sua alocação no espaço. Não somente são poucos os pontos que efetivamente nuclearam este crescimento (as regiões metropolitanas de Salvador, Recife e Fortaleza), como é igualmente desigual o peso relativo de cada um deles, seja em termos quantitativos, (expresso pelo volume de investimento destinado a cada um dos Estados), seja em termos qualitativos, expresso pelo tipo da atividade que se desloca preferencialmente para cada um deles.

Concentração espacial e especialização setorial fizeram do Estado da Bahia o mais importante eixo nucleador deste crescimento. Do surto verificado na segunda metade dos anos sessenta, momento mais significativo dos efeitos do 34/18, a Bahia reteve quase a metade das inversões (mais exatamente 41%) seguida muito longe por Pernambuco, que absorveu apenas 22% dos investimentos.

De igual modo, a Bahia atraiu majoritariamente os capitais dirigidos a três dos quatro segmentos industriais mais significativos — químico, metalúrgico e mecânico — enquanto para Pernambuco destinaram-se predominantemente apenas as inversões no ramo têxtil.

O conjunto destes traços sugere claramente que essa nova estrutura industrial, pela rapidez com que foi implantada no Nordeste, não pode ter se constituído em função única e imediata do volume da sua população, muito menos do nível de renda desta.

Parece claro que o seu motor fundamental encontrava-se na resolução das dificuldades de um processo de acumulação de capital que tenha seu epicentro em São Paulo. Esta resolução passou pela integração maior entre os espaços regionais e, conseqüentemente pela redefinição do padrão de divisão inter-regional do trabalho. Com isto, rompe-se a mera justaposição de economias regionais que até então caracterizara a economia brasileira, tornando-a daí em diante uma economia realmente nacional (Oliveira e Reichstul, 1972:148-9).

O peso dos determinantes externos na gênese e operação desses processos levou alguns autores a qualificar a industrialização nordestina como geradora de "enclaves", muitas vezes eufemisticamente denominados de "quase-enclaves" (Moreira, 1979; Faria, 1980; Oliveira, 1987).

A rigor, a noção de enclave representa uma transposição pouco adequada de um conceito que foi fartamente aplicado pela teoria social latino-americana visando

¹ Denominação corrente que advém da identificação da legislação que regulamentou a concessão dos incentivos, a saber os artigos 34 (da Lei 3.995 de 14.02.61) e 18 (da Lei 4.239 de 27.06.63).

qualificar uma forma específica de integração de algumas economias nacionais ao mercado mundial. Nessas, três características básicas pareciam configurar o enclave (Cardoso e Faletto, 1970: 51):

- a) a produção seria um prolongamento direto da economia central, tanto por estar nela sediada o controle das decisões de investimento, quanto por ser ela o destinatário dos lucros gerados pelo capital investido;
- b) inexistiriam conexões com a atividade econômica local, ou essas conexões estariam restritas aos canais do sistema de poder por meio dos quais se estabeleciam as regras do jogo da constituição dos enclaves;
- c) as relações econômicas seriam fixadas no âmbito dos mercados centrais.

Nesse sentido, a "metáfora" do enclave, pensada como forma de re-criação do conceito para adequá-lo a uma nova realidade, parece querer apontar para o reconhecimento de que o dinamismo emprestado à economia regional seria *independente da iniciativa dos grupos sociais locais*. É esse o sentido que Cardoso e Faletto haviam há muito emprestado ao conceito (p. 47), ao reconhecerem em que "nessas condições, os produtores locais *perdem em grande parte a possibilidade de organizar dentro de suas fronteiras um sistema autônomo de autoridade e de distribuição de recursos*" (grifos nossos).

Vale dizer, os cenários que informaram a definição conceitual de enclave pelos clássicos dependentistas estão irremediavelmente colados à anteposição entre metrópole capitalista e país periférico. O uso do conceito em relação ao Nordeste transpõe, portanto, as mesmas sugestões de dependência entre centro e periferia sem, no entanto, referir-se à dinâmica das relações entre classes, formação de interesses e construção de políticas que sustentaram o projeto de desenvolvimento nordestino.

Será isto exatamente verdadeiro se pensada a realidade do processo de re-espacialização da atividade industrial brasileira nesses anos, notadamente no caso do Nordeste?

Parece-nos que não. E não apenas porque a base física de referência tenha deixado de ser estado nacional e passado a ser uma região, política e economicamente submetida aos limites jurídicos da relação entre Federação e estado federado.

Em primeiro lugar, acreditamos que, ao contrário das teses de enclave ou quase-enclave, segmentos da burguesia local tiveram importante papel na constituição e desenvolvimento destes investimentos, seja no sentido da construção de uma vontade política local que reivindicava as novas implantações industriais, fazendo do projeto industrializante o substrato elementar do seu discurso político-ideológico, seja por se haverem constituído como parceiros, ou investidores exclusivos, em empreendimentos que representavam esta nova onda industrializante.

Em segundo lugar, acompanhando o processo não pela ótica dos seus sujeitos mas pela perspectiva dos seus resultados, parece pouco provável acreditar que estes tenham gerado uma matriz de atividades econômicas onde novos investimentos, por um lado, e atividades pré-existentes por outro, estivessem relacionados simplesmente por justaposição: onde as novas inversões houvessem sido incapazes de reconfigurar a estrutura da atividade econômica local ou de mudar as regras do jogo da operação dos vários mercados de fatores produtivos, em especial do mercado de força de trabalho.

No restante desse texto, nossa análise se concentrará num espaço determinado ao interior da região, — a Bahia — onde processos e resultados apresentaram-se com maior clareza e radicalidade. A Bahia parece ser uma escolha justificável na medida em que para lá se dirige não apenas a maior massa dos investimentos incentivados pelo governo brasileiro nos anos 60/70, como ali foram vivenciadas todas as formas históricas de que se revestiu o processo de industrialização nordestino entre os anos 50 e os anos 80.

Bahia: As modalidades de crescimento

De fato, a primeira onda na recente industrialização baiana ocorre em meados dos anos 50, antecedendo em uma década a política de desenvolvimento regional

fundada na indústria incentivada. A instalação das atividades de prospecção, exploração e refino do petróleo na área do Recôncavo baiano parece elucidativa da insuficiência do conceito de enclave para dar conta do que se verifica nessa realidade. Isto porque, apesar de tratar-se de atividade de extração mineral, formalmente muito próxima dos verdadeiros enclaves mineiros latino-americanos, a economia petroleira foi, desde o seu início, uma economia nacional integrada; portanto, da forma que ocorre, como monopólio estatal, revela-se de imediato a antítese daqueles.

Entretanto, é verdade que a economia do petróleo demonstra uma escassa capacidade de transformar o conjunto da atividade econômica local. É certo que ela desequilibra as condições de incorporação, de remuneração, produtividade e de controle do trabalho industrial dominantes no mercado local de força de trabalho. É certo, também, que o desequilíbrio de padrões de remuneração introduz no urbano um conjunto de novos consumidores que, sem dúvida, revitalizam o comércio e os serviços locais. Entretanto, nem o comércio, nem os serviços e nem outros ramos industriais viram-se de imediato afetados em sua natureza pela presença da atividade do petróleo. Tampouco o impacto da intensificação de demandas dirigidas à esfera da circulação foi capaz de promover alterações significativas no *quantum* de força de trabalho ocupada seja pela atividade urbana organizada, seja pelos setores imediatamente dinamizados por esta primeira onda de industrialização (Castro, 1988). Isso pode sugerir que estamos face a um movimento cujos resultados imediatos justificariam o recurso ao conceito de enclave como estratégia de descrição das suas características. Todavia, mesmo face a estes resultados o conceito parece ainda insuficiente.

No plano econômico, parece impossível explicar as tendências subsequentes do desenvolvimento regional sem considerar o efeito das atividades petrolíferas como definidoras das possibilidades dessa expansão.

A presença da PETROBRÁS induziu à constituição de uma base de atividades notadamente no âmbito das indústrias química e metal-mecânica que, embora restrita, constituiu-se no patamar inicial de operação a ser posteriormente expandido através das maciças inversões incentivadas do sistema 34/18 nos anos 60/70.

No plano político, lutando pela exploração petrolífera na Bahia configuraram-se as forças e forjaram-se as alianças que passaram a compor o espectro dos defensores dos "interesses regionais"; criaram-se os condimentos necessários à emergência de um pensamento regional específico que atualizou e incluiu no âmbito do planejamento governamental a possibilidade de defender e viabilizar os interesses da burguesia local; esta, por sua vez, passou a ter no seu projeto de classe a defesa do interesse geral.

Nesse sentido, a implantação da PETROBRÁS é muito mais que a introdução de um ramo como enclave face à atividade econômica local. Ela representa um momento significativo no processo de (re) configuração dos interesses e alianças entre classes sociais locais e nacionais.

Na verdade, no plano da luta política nacional a criação da PETROBRÁS em 1954 representa a derrocada definitiva do pensamento econômico liberal-burguês que; derrotado politicamente pela revolução de 30, pelo movimento constitucionalista de 32 e pelo golpe do Estado Novo em 37, tentava ainda reagrupar os interesses das velhas oligarquias agro-exportadoras e financeiras oriundas da República Velha.

Na Bahia, esses interesses eram expressos pelo projeto da burguesia banqueira exportadora em aliar-se com os grandes grupos internacionais para a exploração do petróleo baiano. Para essa burguesia, o lema do "petróleo é nosso", longe de significar estatização e nacionalismo, significava privatização e regionalismo: "o petróleo é baiano" (Guimarães, 1982). No entanto, decretada a Lei 2004 que criou o monopólio estatal do petróleo, essa mesma burguesia compreendia a falta de viabilidade histórica de seu projeto e o abandonava em troca do discurso do planejamento, que a jovem inteligência regional adotara. Tal movimento ideológico foi muito bem documentado por Guimarães (1982) através da análise dos relatórios do Banco da Bahia, principal veículo de expressão da burguesia financeira local.

Com a criação de uma Comissão de Planejamento Econômico pelo governo do Estado em 1956 fica claro que os interesses burgueses locais já não eram mais contraditórios com o projeto nacional-desenvolvimentista. Muito pelo contrário, a burguesia entendia que a regionalização do modelo industrializante era condição indispensável para o seu próprio crescimento. Inaugura-se, entretanto, uma disputa pela redistribuição dos investimentos industriais, a qual passa a ser conduzida, como a própria industrialização, não pelo jogo mais ou menos livre de capitais privados, mas administrada pelo planejamento governamental.

A criação de uma agência de planejamento regional em 1959, a SUDENE, expressa sem dúvida uma vitória parcial das forças burguesas nordestinas. No entanto, se observado o contexto de criação da SUDENE, ao mesmo tempo em que se erigem as bases para a operação do capital monopolista e uma eventual internacionalização da economia brasileira, tem-se uma indicação clara da esquizofrênica separação entre discurso e prática que marca o planejamento regional.

Instala-se na SUDENE um discurso desenvolvimentista, cujo eixo passa a ser dado pela expansão do mercado interno regional e pelo desenvolvimento autóctone de uma indústria voltada para esse mercado. Tal discurso, tradução quase literal das teses da CEPAL para a América Latina, aglutinou em torno de uma jovem inteligentia progressista os interesses de todas as burguesias regionais. Até mesmo a burguesia banqueira da Bahia, aquela mais profundamente liberal, no seu pensamento político, e mais anti-estatizante, nos seus compromissos econômicos, acaba por render-se à nova realidade política do país. O hiato entre o discurso desenvolvimentista da SUDENE e as necessidades de acumulação do capital monopolista transformar-se-ia rapidamente, todavia, num dos traços da crise política do início dos sessenta.

Como se sabe, tal crise foi resolvida por um golpe de estado que alija do poder tanto os grupos políticos nacional-desenvolvimentistas quanto os populistas, assim como a inteligentia revolucionária ou reformista. Nos lugares que foram seus, pontificarão os representantes conservadores das burguesias e a burocracia tecnocrática, avessa a definição de *telos* políticos, intelectuais sem projeto maior que sua própria ascensão social.

O planejamento sobreviverá apenas enquanto discurso legitimador. As metas sociais que tiveram sentido no momento anterior ao golpe de 1964, deixam agora de refletir qualquer compromisso de classe efetivo. Nem a burguesia parece interessada em desenvolvimento regional auto-sustentado, nem os trabalhadores têm interesse na industrialização.

A industrialização que efetivamente ocorre se dá sob a égide do grande capital monopolista. Essa "industrialização real", de fato, não esteve subordinada a nenhum compromisso que enfatizasse os seus efeitos sociais imediatos. Ao contrário, ela pressupôs a exclusão dos trabalhadores, garantia geral da lucratividade do capital em todos os ramos. Os sujeitos políticos desse desenvolvimento foram, pois, as burguesias locais e internacional e as diversas pequenas burguesias cujos interesses foram soldados pela impotência política dos trabalhadores.

Teceu-se, a partir dessa realidade indesejada, a crítica ao crescimento sem responsabilidade social. Apesar de politicamente correta, a crítica foi feita sobre parâmetros cientificamente equivocados, vinculando-se a alta composição orgânica do capital aplicado nesses projetos à manutenção de altas taxas de subemprego e o crescimento socialmente irresponsável a um insuficiente aprofundamento, no espaço regional, dos efeitos da industrialização.

Mais uma vez, a noção de enclave, que articulava esse pensamento crítico, parecia insuficiente para dar conta da complexidade dos processos em curso. Vários são os ângulos reveladores dessa insuficiência.

Em primeiro lugar, após a onda de industrialização incentivada, que se acelera no final da década de 60, ampliaram-se as conexões entre a nova indústria e outras atividades econômicas regionais: os outros ramos industriais pré-existentes, os serviços de produção e a circulação mercantil. Tomando-se como termômetro o movimento da ocupação nos estabelecimentos, parecem claros esses efeitos: o comércio atacadista,

que estivera virtualmente estagnado em sua capacidade de incorporação de força de trabalho, experimentou na década de 60 o maior crescimento dos seus trinta últimos anos; os serviços, tanto quanta o comércio varejista, que haviam apresentado ritmos não desprezíveis na década onde se introduz a indústria do petróleo, intensificaram a incorporação de trabalhadores durante o período de crescimento industrial incentivado (Castro, 1988). Por certo o aprofundamento da industrialização regional nos anos 70/80 estimulou ainda mais o desenvolvimento dessas atividades, levando-as a um patamar de aceleração sem precedentes. Entretanto, é nesse primeiro movimento propiciado pela industrialização de 34/18, que se reverte, por assim dizer, a "inclinação natural" da região.

Em segundo lugar, os dados relativos à Bahia indicam com clareza que a experiência de crescimento industrial da segunda metade dos anos 60 foi definitiva para a reorganização do quadro da atividade industrial local. Introduzindo estabelecimentos onde a intensidade de capital era marcadamente mais elevada, alterou padrões de produtividade do trabalho até então imperantes. Apesar disso, entretanto, o modelo real de industrialização dos anos 60 foi ainda muito mais farto no emprego de força de trabalho que o seu desdobramento posterior viria a indicar; na verdade, se entre 60 e 70 crescem significativamente o valor da produção e o valor da transformação industrial nas indústrias dinâmicas baianas, maior ainda é o ritmo de crescimento da força de trabalho ocupada. Significativo, a esse respeito, é o expressivo crescimento da massa de salários pagos que apresentou o maior incremento entre os indicadores econômicos.

Uma vez mais este padrão de industrialização será superado pela indústria de ponta que se instalará nos anos 70/80, muito mais parcimoniosa no uso de força de trabalho e muito menos marcante em seus efeitos globais sobre o crescimento dos salários; nesse período, capitaneada pela petroquímica, a indústria baiana apresentará um crescimento duas vezes maior do valor da produção que do emprego e três vezes e meia maior daquele que dos salários (Castro, 1988).

Parece ser então possível afirmar que os efeitos da industrialização aprofundam-se significativamente na região, ao menos quando tomado o exemplo da Bahia. Nesse aprofundamento alteram-se não apenas os produtos da atividade industrial, mas redefinem-se as relações de trabalho em direção a novos padrões de produtividade industrial, novos patamares de remuneração que afetam não apenas a indústria de ponta daquele momento, incentivada pelo mecanismo de 34/18, mas alteram as condições vigentes entre as indústrias chamadas tradicionais; nelas também se instala a tendência ao crescimento da produtividade, à parcimônia no emprego de força de trabalho e à elevação dos padrões de remuneração; e, embora estes traços apareçam em uma escala quantitativamente muito mais elevada entre as indústrias dinâmicas, é notável verificar que o novo padrão de crescimento também se faz presente entre as tradicionais (Castro, 1988 e Guimarães e Castro, 1988). Novas e antigas atividades passam, assim, a trazer as novas marcas do crescimento industrial que se internaliza no estado conferindo um novo perfil à vida econômica e social urbana.

Contudo, enquanto parte do movimento de uma economia nacional articulada, este padrão de crescimento industrial nordestino teve os seus graus de liberdade definidos pela dinâmica da acumulação em escala nacional. O início dos anos 70 marcou o esvaziamento do 34/18 enquanto mecanismo provedor de largo espectro (Moreira, 1979), e dirigiu os incentivos à acumulação para novos espaços ainda não organizados sob a égide do capital monopolista (Oliveira e Reichstul, 1972). Curiosamente, invertia-se a expectativa por muito tempo vigente: passaram a sobrar nas gavetas os projetos de investimento, ao tempo em que progressivamente minguavam os recursos, orientados agora para novas fronteiras de expansão (Almeida, 1979).

Passaram a predominar critérios de maior seletividade no apoio a inversões, das quais se requeria maior comprometimento com o aprofundamento da divisão regional do trabalho, o que orientou os financiamentos para a produção de insumos básicos vinculados à oferta regional de recursos. Delineava-se, assim, no âmbito da política governamental de planejamento e de indução dos investimentos, aquele que parece

ser um novo movimento no crescimento industrial da região — o da constituição de uma forte indústria básica no Nordeste cuja espinha dorsal centrou-se na implantação do chamado "eixo químico".

Mais uma vez a Bahia se destaca pela centralidade do papel que tem jogado neste processo; ele se constitui através da petroquímica baiana, organizada num complexo industrial de grande porte e baseada num modelo tripartite de aliança entre capital privado, capital multinacional e estado.

Outra vez pode-se formular a pergunta: será que nesta terceira onda industrializante se expressa a configuração de um enclave, ou de um quase-enclave?

Novamente acreditamos que não. Se é certo que a crise do padrão de industrialização incentivada dos anos 60 tinha na dinâmica da acumulação em escala nacional um seu importante elemento de definição, é igualmente verdadeiro que a completa explicação do que se sucede não pode estar remetida exclusivamente ao âmbito nacional; vale dizer, se a expansão do padrão monopólico em direção a novas fronteiras parece explicar o esvaziamento do mecanismo da SUDENE, tal como utilizado até então, há que se buscar outros elementos de explicação que parecem radicados na dinâmica das relações entre as classes e na definição e redefinição dos seus interesses, articulando projetos locais e nacionais. Outra vez os novos resultados parecem ter atrás de si novas alianças nas quais, contrariamente ao modelo de enclave, jogam importante papel os grupos sociais locais.

As alianças políticas entre burguesias locais e internacionais, por um lado, e pequenas burguesias, por outro, assim como o comprometimento delas com a "industrialização real" ficarão ainda mais evidenciados com a terceira onda de industrialização trazida pela implantação do complexo petroquímico de Camaçari. O Pólo Petroquímico da Bahia foi o primeiro e mais significativo passo na implantação do complexo químico do Nordeste, o qual já envolve hoje as indústrias cloroquímica e alcooquímica em Pernambuco, Alagoas e Sergipe; ele é talvez, o melhor exemplo de privatização da ação do Estado.

Por um lado, o Pólo Petroquímico da Bahia nasce da mobilização de alguns setores da tecnoburocracia interessados em preservar o controle sobre a emergente indústria petroquímica nacional (Suarez, 1986). Por outro lado, a mobilização dessa tecnoburocracia se respalda nos interesses de grupos locais em ingressar no mundo restrito do grande capital industrial. A mobilização de grupos privados baianos, como o Banco da Bahia de Investimentos (que chega ao ponto de desfazer-se do seu banco comercial para capitalizar-se), o Banco Econômico e o grupo Odebrecht, são evidências da participação ativa dos capitais locais na definição da política industrial do governo autoritário.

É bem verdade, entretanto, que a grande centralização de poder nas mãos dos executivos governamentais fez com que a vontade política dos grupos privados aparecesse apenas como uma disputa regionalista entre governos e grupos internacionais. Que tal aparência é enganosa, porém, bem o demonstram a participação dos grupos locais em nove das trinta e duas empresas formadas para operar o Pólo, e a posterior privatização da estatal criada para produzir os insumos básicos do complexo; privatização de recursos públicos de modo direto, como ocorre no caso da mudança do estatuto jurídico da COPENE, ou indireto, por meio de subsídios ao capital. Revela-se, assim, a total inadequação dos conceitos da economia "dependentista" para dar conta de uma industrialização que resulta da ação de uma burguesia local de porte não desprezível, a qual sendo um pressuposto do processo é também um seu resultado, na medida em que dele sai portadora de uma nova qualidade.

Todavia, ainda mais amplas são as mudanças sociais desencadeadas por esta nova industrialização: por meio dela abre-se a possibilidade da emergência de novos atores sociais, de peso significativo, também entre as camadas subalternas.

Na verdade, o aprofundamento do processo de crescimento industrial com a constituição do complexo petroquímico em Camaçari diversifica o quadro das relações de trabalho constituindo definitivamente no âmbito local uma moderna classe operária, cuja existência, antes restrita aos trabalhadores do petróleo, passa a plasmar, além da própria petroquímica outros setores importantes como, por exemplo, a moderna indústria química, a metal-mecânica e a têxtil (em sua variante químico-têxtil).

As modalidades de gestão do trabalho industrial nesses segmentos de porte, notadamente na própria petroquímica, forjaram um não-desprezível contingente de assalariados industriais cujo perfil individual, atividade produtiva, modalidades de contratação, regime de trabalho, padrões de remuneração e de consumo em muito os diferencia da massa assalariada local, ao tempo em que os identifica aos modernos assalariados emergentes na indústria dinâmica brasileira (Castro, 1988; Guimarães e Castro, 1988; Istvan, 1969; Carvalho, 1971).

Tal diferenciação parece transparecer de maneira ainda mais destacada ao verificarmos que nas novas plantas industriais convive lado a lado com estes modernos contingentes de assalariados um segmento igualmente significativo de trabalhadores subcontratados cujo perfil individual, modalidades de contratação, regime de trabalho e padrões de remuneração e de consumo em tudo se aproxima da média vigente no mercado de trabalho local e, por isto mesmo, os diferenciam sensivelmente daqueles modernos operários com os quais compartilham o cotidiano fabril.

Esta diversidade expressa de maneira tão marcada, seja no interior do mercado de trabalho local, seja no interior do próprio complexo petroquímico, nutriu algumas formulações que acreditaram poder reconhecer nesses modernos trabalhadores a emergência de uma aristocracia operária.

Por esta linha de entendimento novas classes pareciam constituir-se, muito embora privadas de uma identidade específica que as habilitasse a ingressar na cena social enquanto atores políticos. Nesse sentido, embora no ponto de partida essa abordagem possa diferenciar-se dos modelos de enclave, são coincidentes os seus pontos de chegada: o reconhecimento da ausência de novos atores políticos significativos no âmbito local.

Até que ponto a formulação sobre a emergência de uma aristocracia operária parece adequada para descrever a natureza das mudanças sociais decorrentes do recente desenvolvimento industrial da região? Dedicamos a parte seguinte deste trabalho a discutir as possibilidades e limites dessa linha de interpretação.

II. REGIME FABRIL E FORMAÇÃO DE CLASSE

Recapitulando, vimos como o surto de industrialização dos anos setenta e oitenta foi comandado por sujeitos históricos bem definidos, cujos objetivos e interesses podem ser precisados com nitidez, e cujas ações concretas podem ser avaliadas empiricamente em sua direcionalidade e eficiência. Vimos ainda que um dos resultados desse surto foi a criação de uma nova fração industrial burguesa—a fração petroquímica—resultado da fusão do capital local com o capital estatal e multinacional. Vimos, finalmente, que a industrialização nordestina provocou uma mudança radical na estrutura de classes da região, destacando-se nesse processo a emergência dos novos segmentos de trabalhadores empregados nas grandes plantas industriais, sobretudo no eixo químico do Nordeste. Nessa parte procuraremos caracterizar melhor o que são esses novos segmentos operários, focalizando principalmente o tipo de comportamento político que estão desenvolvendo e o tipo de comportamento que deles é esperado.

Começemos por nos indagar sobre as expectativas. A vertente sociológica mais influente nos faria esperar que esses trabalhadores formassem segmentos econômica e socialmente privilegiados, mais ou menos integrados tanto a dinâmica da sociedade quanto as empresas capitalistas. Tais sugestões tem a força do senso comum, respaldadas que foram por anos de investigações e análises científicas. De Engels, em suas cartas e artigos sobre a Grã-Bretanha, passando pelas teorias de Lenin sobre a classe trabalhadora na Inglaterra, até autores contemporâneos como Blauner (1969), por razões diversas, tem os segmentos trabalhadores de ponta sido considerados uma "aristocracia" socialmente integrada à sociedade capitalista.

As razões trazidas em defesa dessa tese têm sido realmente várias: Engels alinha lado a lado razões de ordem econômica e razões de ordem cultural² para descartar qualquer esperança em relação aos trabalhadores ingleses mais qualificados. Ao contrá-

rio, dedica uma calorosa saudação aos "miseráveis" de East End, onde florescem "estes novos sindicatos de homens e mulheres desqualificados totalmente diferentes das velhas organizações da aristocracia trabalhadora" (Engels, 1889).

De fato, a associação entre pobreza do proletariado e ardor revolucionário perpassa toda a literatura política marxista desde os tempos do Manifesto, onde se diz que o proletariado nada tem a perder, exceto seus grilhões. Lenin ecoa essas razões em sua teoria do imperialismo, onde argumenta que a exploração dos povos colonizados, submetidos à lógica do capitalismo avançado, financia a "domesticação" dos trabalhadores industriais dos países centrais. Em suas palavras: "o imperialismo atual proporcionou uma posição excepcionalmente privilegiada para alguns poucos países avançados que... produziram um novo tipo de traidor, de oportunista e de liderança social chauvinista que patrocina os interesses de sua própria categoria, seu próprio segmento da aristocracia do trabalho" (Lenin, 1969:533).

Sistematizando, parece haver uma teoria implícita no marxismo partidário que faz derivar da melhor ou pior situação econômica da classe trabalhadora, uma menor ou maior combatividade revolucionária. Evidentemente, a integração social dos segmentos trabalhadores privilegiados não impede sua organização e combatividade sindical, mas sim, ao contrário, pressupõe o tipo de sindicalismo usualmente chamado de "sindicalismo de negócios".

Na teoria social latino-americana também aparecem expectativas similares. Além do desencanto face à capacidade revolucionária do operariado fabril, as expectativas aqui se nutrem da nostalgia dos modelos de industrialização do capitalismo central; na América Latina, o crescimento industrial altamente excludente e inadequado à oferta regional de fatores teria desaparecido quantitativa e qualitativamente os trabalhadores qualificados dos setores monopólicos. Nessas condições, o papel revolucionário passou a ser imputado aos chamados grupos marginais, que por sua aguda pauperização, peso quantitativo e efeito de aglomeração enfrentariam com maior intensidade as contradições entre acumulação capitalista e miséria, podendo assim desenvolver um potencial disruptivo ali onde o moderno operariado parecia ainda mais fadado a falhar em sua capacidade de transformação revolucionária da sociedade (Nelson, 1969; Medrado da Silva, 1972; Soares 1965 e 1967; Quijano, 1970, 1971 e 1973).

O debate europeu se atualiza cem anos depois de Engels a partir de uma perspectiva política oposta. Robert Blauner (1964) explica a integração social, que significa, neste contexto, a ausência de idéias revolucionárias ou reformistas, em função das características próprias às indústrias de processo. Segundo ele, a automação presente nessas indústrias eliminaria as fontes mais profundas de ressentimento contra o trabalho e incentivaria a integração normativa dos trabalhadores na estrutura da empresa. Do mesmo modo, o trabalho em equipe que caracteriza tal indústria encorajaria o desenvolvimento de laços de lealdade e de solidariedade com o grupo de trabalho e, portanto, indiretamente, com as metas empresariais. Dois outros fatores são também apontados por Blauner: a tendência das fábricas mais automatizadas a terem menos operários, diminuindo assim o "anonimato e impessoalidade" das grandes fábricas; e a presença de uma estrutura de carreira mais estratificada que, segundo ele, teria efeitos positivos sobre a motivação ao trabalho.

Serge Mallet (1969) retoma o mesmo raciocínio de Blauner para argumentar a favor de uma "nova classe operária" em formação nas grandes indústrias automatizadas. Para Mallet a "terceira revolução industrial" representada pela eletrônica proporciona uma "integração objetiva" da força de trabalho com a empresa, isto é, "uma relação de mútua indispensabilidade que se desenvolve entre uma mão-de-obra específica e uma dada empresa, concebida enquanto unidade produtiva" (Gaffie, 1978:17).

O que transparece com nitidez em afirmações como: "...os trabalhadores festivamente partilham o banquete proporcionado pelo monopólio da Inglaterra sobre o mercado mundial e as colônias" (Engels, 1882); ou ainda, "o que é mais repulsivo aqui (na Inglaterra) é a "respeitabilidade" burguesa que penetra profundamente no jeito de ser dos trabalhadores" (Engels, 1889).

Esta integração estaria assegurada objetivamente, a) pela política salarial, que dependeria agora da situação econômica geral da empresa e não mais da produtividade individual dos trabalhadores; b) pela natureza super-especializada da qualificação operária, válida apenas para uma planta específica, que induziria à estabilização da força de trabalho; e c) pela consequente segurança de emprego representada pelas carreiras operárias.

Os estudos de Goldthorp e Lockwood sobre os trabalhadores afluentes em Luton, embora partindo das hipóteses de Blauner e de Woodward (1965), investigam também o papel desempenhado pela comunidade de residência e pela família no estreitamento dos laços comunais e na identificação social dos trabalhadores. O que os resultados desses estudos sugerem, sem dúvida, é a inadequação da abordagem "tecnológica" para explicar o padrão de comportamento dos novos segmentos operários "de ponta". Tem razão Mackenzie (1976) quando conclui que só um quadro de referência "de ação" pode levar em consideração as orientações prévias que os atores (operários) trazem para o local de trabalho. Mais que isso, a orientação ideológica seguida por diferentes sindicatos, em diferentes contextos históricos e em diferentes conjunturas, parece decisiva, como demonstrou Gallie (1987), para a configuração de uma identidade operária.

Se abstraíssemos, por ora, as diferentes abordagens para nos fixarmos nos dados, veríamos que nem mesmo uma regular associação entre indústrias de processo contínuo, altos níveis de remuneração, e grande qualificação e especialização é universal. A indústria química, por exemplo, principalmente em áreas de capitalismo periférico, apresenta em alguns sub-ramos uma concentração de pequenas empresas pouco intensivas de capital, operando num mercado competitivo, pagando baixos salários e empregando mão-de-obra pouco qualificada. Entretanto, é fora de dúvidas que grandes empresas intensivas de capital, monopolistas e relativamente automatizadas em comparação com outros ramos, dominam as indústrias de processo contínuo. É também verdade que essas empresas empregam mão-de-obra mais qualificada, mais estável e melhor remunerada que a média da indústria, mesmo se a comparação restringe-se aos ramos mais dinâmicos. É verdade também que o Complexo Petroquímico de Camaçari é constituído por grandes empresas que monopolizam seus mercados e, o mais crucial, é verdade que os trabalhadores do Complexo dominam o movimento sindical químico-petroquímico.

No entanto, não são essas as características normalmente evocadas para sustentar a tese de uma possível "aristocracia operária nordestina". Oliveira, que faz a defesa mais brilhante dessa tese, o faz em bases diversas da que examinamos até aqui. Grosso modo, são cinco as razões evocadas por Oliveira (1987): I) os altos salários pagos pela petroquímica; II) a ausência de uma burguesia real que se contrapusesse aos trabalhadores baianos; III) o caráter planejado e governamental dos investimentos petroquímicos que mascaram o caráter explorador do capitalismo; IV) o regionalismo que acompanha os investimentos estatais; e V) a pujança do exército industrial de reserva que legitima a industrialização em moldes capitalistas.

Ao contrário, em outras oportunidades (Guimarães e Castro, 1988; Guimarães, 1988), baseados nas características técnicas e econômicas da indústria petroquímica brasileira, defendemos uma tese oposta, que pode ser sumarizada em suas afirmações principais: a) o privilegiamento econômico e social dos trabalhadores petroquímicos pode se constituir em forte incentivo para a formação de uma vanguarda de classe que tome a si a tarefa de elaborar e dirigir um projeto de classe contra-hegemônico; b) o regime fabril prevalecente na petroquímica da Bahia favorece o processo de formação da classe trabalhadora em moldes socialistas.

O desenvolvimento dessas afirmações, todavia, não se limita ao exame de determinações exclusivamente técnicas ou fabris. A resposta de Guimarães e Castro (1988) à tese defendida por Oliveira, por exemplo, baseia-se em seis argumentos: I) que os salários apesar de altos não eram experimentados como um privilégio ou uma dádiva, mas como uma recompensa insuficiente para condições de trabalho adversas; II) que

a gestão do trabalho é despótica e conflitiva; III) que os investimentos na petroquímica têm um caráter capitalista e "privado"; IV) que os trabalhadores petroquímicos negam radicalmente qualquer justificativa regionalista ou nacionalista para a exploração capitalista; V) que há de fato alianças e compromissos entre trabalhadores estabilizados e subcontratados; VI) que as ideologias socialistas florescem nos meios operários petroquímicos.

No restante desse item, retomaremos as teses que avançamos anteriormente de modo a sistematizar melhor os argumentos e avaliar, face aos dados empíricos, a sua robustez. Nossa análise será feita sob a perspectiva da "política de produção" vigente na petroquímica.

Estabilização e Consentimento

Os estudos sobre a gestão do trabalho na petroquímica baiana (Franco, 1983; Pecchia, 1985; Guimarães, 1987) são unânimes em reconhecer que o regime fabril é marcado pela busca deliberada das gerências em estabilizar a força de trabalho especializada através da definição de um "estatuto" operário. Este define, entre outros, as carreiras técnicas de nível médio, estruturando-as em diferentes níveis de remuneração, ainda quando a hierarquização de responsabilidades não seja tão diferenciada e estabelecendo práticas de promoção entre os distintos níveis.

Há também unanimidade na constatação de que o trabalho em equipe, realizado por turmas de turno, cria laços de solidariedade e camaradagem entre supervisores, chefes de turma e operadores. Do mesmo modo, a literatura existente confirma que o conhecimento técnico do processo e a noção dos riscos envolvidos transformam o operador de processo empregado no Pólo num homem identificado, senão com a empresa, pelo menos com a indústria petroquímica.

Do mesmo modo, todos os trabalhos apontam para uma série de benefícios extra-salariais (transporte, alimentação, ajuda-educação, seguridade social, assistência médica e associações recreativas) concedidos pelas empresas do Pólo. Ainda mais, a análise das pautas de reivindicação negociadas durante os acordos coletivos demonstra a preponderância de demandas econômicas e nitidamente corporativas (Lopes, 1987).

Diante de tais fatos, qual o sentido de negar a associação apontada por outros entre estabilização da força de trabalho e sua integração social à empresa?

A resposta pode ser encontrada, parece-nos, no avanço ideológico do movimento operário que fragiliza as possíveis bases por onde se poderia soldar uma comunidade de interesses entre trabalhadores e patronato.

A definição das carreiras operárias, por exemplo, que em outros contextos (Gallie, 1987; Hirata, 1984) empresta um sólido caminho para o consentimento operário, na Bahia é a fonte mais importante de insatisfação e ressentimento; não é casual que recente pesquisa tenha constatado que a insatisfação face à política de pessoal, em geral, e aos padrões de progressão funcional, em especial, estejam entre as causas principais da inconformidade dos trabalhadores do Pólo; mais ainda, verificou-se que cerca de 56% dos trabalhadores desejavam mudar de função, muito embora 46% desejassem fazê-lo sem mudar de empresas (apud Castro, 1988-a).

A estabilização da força de trabalho cria ao mesmo tempo um estrangulamento de carreira que retira dos operadores qualquer perspectiva de promoção num futuro mesmo longínquo. Porque isso cria tanto insatisfação na Bahia quando em outros contextos não acontece o mesmo?

No caso do Japão, Hirata (1984) observa que diferenças no caráter da sociedade global podem ser determinantes; estas especificidades, é claro, não migram com o capital e fazem com que "joint-ventures" petroquímicas que envolvem no Brasil, capital nacional e japonês, uma vez geridos pelo sócio brasileiro, compartilhem o traço do estrangulamento de carreira tipicamente local.

Em comparação com o que ocorre na Europa, a explicação mais plausível parece estar no caráter despótico e pouco participativo dos aparatos políticos de produção no Brasil. De fato, não há nas fábricas de Camaçari instituições fabris que permitam

a participação operária na definição das condições de trabalho ou na redefinição das relações sociais na produção. Não há, portanto, no Brasil uma "cidadania operária" que compense o bloqueamento das carreiras.

A política fabril é autoritária e despótica, exibindo em cores fortes o desprezo culturalmente reservado para o trabalho pesado ou subordinado. O operador de campo, referido como "peão" só ao nível da organização e da distribuição do trabalho encontra um espaço de exercício de liberdade individual. Tais traços do regime fabril longe de serem manifestação de uma cultura local, são antes decorrentes de uma legislação social que impede a organização operária no interior das fábricas. Ao peão não se coloca, portanto, a opção de ascender socialmente através de uma carreira posto que esta se encontra irremediavelmente bloqueada pela estabilização da força de trabalho. A saída para tal dilema parece se encontrar em dois planos do imaginário operário: por um lado, na re-definição da sua força coletiva, através da participação político-sindical, por outro, na definição do trabalho operário como "emprego transitório" e passageiro.

O estrangulamento das carreiras, entretanto, não impede que as turmas de trabalho sejam bem entrosadas, e que se criem os laços de lealdade que Blauner refere em seu estudo. Tal entrosamento, todavia, partilhado apenas por trabalhadores de nível médio, sem terem necessariamente uma maior cumplicidade com os níveis gerenciais, pode servir, no sentido contrário ao usualmente apontado, para distinguir trabalhadores ao invés de integrá-los. Isso, aliás, ficou demonstrado na greve geral de 1985, quando as equipes mantiveram-se em sua maioria coesas sob a liderança de seus chefes, *contra* as determinações empresariais; pelo menos por um certo tempo. Ainda mais distante da realidade de Camaçari está o pressuposto de Blauner segundo o qual a automatização dos processos suprimiria as fontes de insatisfação do trabalho. Como veremos adiante, a poluição ambiental é fonte incessante de insatisfação. Até mesmo a dedicação ao trabalho, que nasce do conhecimento, da destreza e do domínio sobre o processo não significam necessariamente a aceitação das condições sociais em que o mesmo se realiza. Por isso tudo, diante dos fatos referidos, temos que concluir que todas as condições citadas por Blauner parecem antes reforçar tendências determinadas por outros fatores que serem, elas mesmas, fatores determinantes. , Dois campos apenas apresentam, tanto em termos de discurso quanto de práticas, bases mais sólidas por onde construir uma identidade de interesses entre trabalhador e empresa: a política de segurança industrial e a política de concessão de benefícios extrasalariais. O primeiro porque está referido à melhoria das condições mais concretas do processo de trabalho; o segundo porque se refere ao melhoramento do padrão de vida desses segmentos trabalhadores. Ambos criam, assim, o sentimento de pertencimento a uma grande empresa.

Salários e Lutas de Classe

A mobilização trabalhadora em torno da correção dos salários desgastados por uma inflação que atinge taxas de 20% ao mês jogou sempre um papel de destaque nas relações industriais do Pólo. Em torno dos reajustes regulares de salário se travam, indubitavelmente, as grandes batalhas redistributivas entre capital e trabalho no Brasil. No Pólo, tais conflitos têm-se repetido desde 1979, com maior ou menor vigor, anualmente nos meses de agosto e setembro, próximos à data do dissídio. A insatisfação salarial está, portanto, inscrita na estrutura social brasileira. E de tal modo que a mobilização coletiva e a organização corporativa em torno de interesses passou a marcar de modo inconfundível o cenário social.

Para fazer face à insatisfação operária e a mobilização decorrente o patronato petroquímico tem tentado vários mecanismos. O primeiro deles, instaurado no acordo de 1979, previu reajustes automáticos de salário a cada 20 pontos da inflação, medida regionalmente. Tal acordo, porém, teve vida curta. Ele deveu-se em grande parte à fragilidade momentânea do patronato de uma indústria ainda em formação; uma vez consolidada, a indústria procurará enfrentar o movimento sindical dentro dos limites

dados pela política salarial do governo. Tal política tem sido suficientemente maleável para observar os choques provocados pelas mudanças momentâneas da correlação de forças entre as classes. Instala-se, assim, a partir de 1980, uma política de salários que segue formalmente a política governamental, mas que sabe, ao mesmo tempo, encontrar as brechas capazes de evitar confrontos desnecessários com o movimento sindical. Essas brechas estão dadas pela possibilidade de conceder antecipações, abonos, prêmios, empréstimos, etc. Ainda assim, o nível salarial real dessas empresas, vem caindo sistematicamente desde setembro de 1982, a acreditar nos dados do DIEESE/Ba.

Por outro lado, a pesquisa de campo que realizamos em Camaçari mostra, sem dar margem a dúvidas, que os salários recebidos pelos petroquímicos, apesar de altos comparativamente à média regional e nacional, não são percebidos como tais pelos trabalhadores. São duas as razões para isso: primeiro, o termo de comparação usado pelos trabalhadores não é o mercado regional, mas sim a indústria petrolífera ou a saúde financeira das próprias indústrias petroquímicas onde trabalham; (Guimarães, 1988). Sobre isso é interessante registrar que Gallie (1978) já havia chamado a atenção para o mesmo fenômeno nas refinarias de petróleo da França e Inglaterra. Segundo, a remuneração acima da média é vista como uma recompensa até mesmo insatisfatória para condições de trabalho sem paralelo regionalmente, no que exigem de dedicação, esforço e exposição tóxica. Também aqui não estamos em presença de nenhuma novidade. O próprio Gallie, assim como Humphrey (1982) com relação aos trabalhadores do ABC, já havia registrado o fenômeno anteriormente.

No entanto, é verdade que a luta pela manutenção dos níveis reais de salário e a forte insatisfação salarial, apesar de reais e conflituosas, são conduzidas no quadro corporativista do sindicalismo brasileiro. Um certo mal estar, com a demasiada importância conferida aos temas "economicistas" em detrimento dos temas "políticos" e fabris por exemplo, pode ser facilmente percebido nas lideranças mais radicais do movimento sindical petroquímico. Há claros indícios nas entrevistas que realizamos com ativistas sindicais e lideranças de base de que o sindicato está ainda ausente do cotidiano operário, surgindo apenas à época dos dissídios, e ainda assim com reivindicações nitidamente econômicas e corporativas. Todavia, é necessário qualificar esses achados antes de, apressadamente, julgarmos que eles possam reforçar a tese de uma possível aristocracia do trabalho em formação. Antes de mais nada, é preciso ter em conta que a atividade sindical é feita *contra* a vontade das gerências, em contestação ao arbítrio absoluto que o empresariado desfruta no âmbito fabril. Em segundo lugar, é essencial reconhecer que o discurso que reveste e expressa as reivindicações econômicas não é nem estreito nem corporativo, ao contrário das reivindicações em si, mas, pelo contrário, é inclusivo e confrontacional. O discurso sindical é inconfundivelmente classista. Ele se articula, principalmente, em torno da categoria de exploração do trabalho. Em terceiro lugar, são também nítidos os sinais de responsabilidade social que os petroquímicos manifestam com relação aos trabalhadores sem-estatuto e sub-empreitados.

Fica, portanto, por investigar mais cuidadosamente no futuro se o paradoxo entre atos corporativos e discurso classista tem realmente a sua origem numa possível contradição entre lideranças socialistas e massa operária conservadora. A hipótese mais plausível, no momento, é de que o sistema de relações industriais no Brasil não permite o surgimento de uma liderança conservadora, "aristocrática", que represente os interesses corporativos de categorias operárias.

Aspirações sociais e condições de trabalho

Uma das constatações mais interessantes de nossas investigações é de que grande parte de nossos entrevistados procurou no trabalho petroquímico um meio de ascender socialmente. Essa constatação parece ter uma validade absoluta para todas as profissões de nível médio, tais como operadores, analistas, técnicos de manutenção, inspetores de segurança, etc. A motivação é facilmente explicável. No meio urbano de Salvador,

o jovem ou á jovem que termina o curso secundário tem na petroquímica a opção de fazer uma carreira técnica com nível de remuneração igual ou superior ao que possivelmente auferirá, quatro anos mais tarde mesmo se, uma vez graduado num curso superior, tiver acesso a uma empresa industrial. Ora, nessas condições, para a classe média empobrecida ou para as camadas populares mais prósperas a colocação num posto técnico de nível médio representa o caminho mais rápido e mais seguro de ascensão social. Ainda mais quando o trabalho na petroquímica não é de todo incompatível com a continuação dos estudos universitários (Guimarães, 1988).

De resto, outros estudos empíricos voltados para entender atitudes e comportamentos de modernos assalariados brasileiros haviam chegado a resultados similares. Particularmente interessantes são essas similitudes no que se refere às expectativas sobre aquela "nova classe operária" que se constituía, nos sessenta, na indústria automobilística brasileira; também ali estavam no horizonte a motivação à ascensão e a perspectiva da autonomização individual futura, do estabelecer-se por conta própria, a indicar uma tendência a insubordinação do trabalhador ao capital (Rodrigues, 1970).

De que modo essas expectativas de ascensão social trazidas para a fábrica pelos "novos operários" se coadunam com as relações sociais que organizam o trabalho? Já dissemos anteriormente que a gestão petroquímica é despótica. A esse respeito, como notamos em outro texto (Guimarães, 1988) o trabalhador percebe cedo que ocupa uma posição subordinada e que a classe média real é formada por engenheiros e não por eles. Mas isso é apenas um aspecto da vivência operária. Mais que a subordinação e a arbitrariedade a que estão submetidos, os trabalhadores, principalmente aqueles que trabalham de turno, experimentam a total falta de controle sobre seu tempo e a perda de contato com o antigo espaço social de interação. Impossibilitados de acompanhar a programação cultural da cidade, não apenas os festejos populares mas também o lazer industrializado, e de frequentar os círculos de amizade anteriores, os "novos operários" não raro se fecham no círculo das turmas de trabalho e desenvolvem hábitos de bebedeira alcoólica que se aproximam do alcoolismo.

Além dessa "discriminação" involuntária, o trabalho por turnos apresenta sérios inconvenientes para a vida familiar e alguns efeitos negativos sobre a saúde que se encontram registrados não apenas em nossos trabalhos anteriores sobre Camaçari, mas por praticamente toda a literatura sobre o tema (Guimarães, 1988; Gallie, 1978). Registre-se também, que no caso de Camaçari os inconvenientes do trabalho de turno são agravados pela poluição ambiental, mais pronunciada à noite quando são feitas as descargas de gases inaproveitáveis.

Há, em suma, um choque entre as aspirações de ascensão e as condições concretas em que se opera a mudança no patamar de consumo representada pelos "altos" salários. Aqui, de novo, é necessário repensar a categoria de "enclave". Não há dúvidas, por exemplo, que num primeiro momento os salários dos trabalhadores petroquímicos podem abrir algumas portas ao consumo antes reservado às classes médias: muda efetivamente a localização residencial (Agier, 1987), ascende-se ao consumo de bens duráveis e de bens "ostentatórios".

No entanto, ao mesmo tempo, os padrões de consumo da classe média se redefinem sob o impacto dos altos salários de engenheiros, gerentes técnicos de nível superior etc. Não é apenas, portanto, o consumo que muda. Sob o impacto da massa monetária passa a circular localmente, praticamente todas as camadas sociais redefinem seus hábitos de consumo e a simbologia de sua auto-identificação social.

Seria ingênuo, portanto, pensar que o comportamento "novorico", dos novos operários elimine as marcas socialmente construídas de distinção social. O que acontece efetivamente é que os trabalhadores, mesmo quando se confundem com algumas camadas empobrecidas de profissionais de nível superior, estão marcados pelos limites de sua subordinação fabril: presos ao tempo e ao espaço social definidos, à exclusão, pelo trabalho na fábrica.

Se o consumo de massa não é suficiente para eliminar a identificação de classe dos trabalhadores, muito menos o é a sua posição na fábrica. É interessante notar, a esse respeito, que, apesar de sua formação técnica, os operadores de processo

não desenvolvem uma auto imagem de "técnico" mas sim de "peão". As razões para isso só em parte estão dadas pelo processo de trabalho, ao definir o desempenho de atividades pesadas, cansativas, enfadonhas e arriscadas, pois mesmo naquelas empresas, como a Dow Chemical, onde o processo se assemelha mais aos padrões de automação internacionais, que exigem menor intervenção individual, a gestão fabril não parece capaz de "integrar" os trabalhadores. As mesmas insatisfações com respeito a carreira, às práticas de gerências e às condições de trabalho estão presentes em todo o Pólo. Isso porque as relações sociais na produção, como vimos, não apenas reforçam a hierarquia decorrente da divisão técnica do trabalho, como subordinam o trabalhador, de modo a eliminar as suas formas de expressão política.

Capacitação e formação de classe

Mas como o privilegiamento econômico e social dos trabalhadores pode ser um incentivo a sua formação em classe? É óbvio que o maior poder aquisitivo e a maior escolaridade dos novos contingentes operários não impactam apenas sobre o comércio de Salvador. A busca por melhores condições de vida conduz, mais cedo ou mais tarde, a luta por um maior espaço político de onde influenciar decisões tanto comunitárias quanto propriamente industriais. Para tanto, os "novos operários" dispõem de maiores recursos financeiros e de maior refinamento ideológico e político que outros trabalhadores. Essa diferença se espelha, de imediato, numa maior organização e no surgimento de um grande número de lideranças sindicais. As diferentes formas de expressão dessas lideranças são, entretanto, elucidativas dos diferentes caminhos que o movimento pode trilhar. Assim é que os petroleiros, por exemplo, tem conduzido um número maior de sindicalistas a cargos de representação. Tais representantes, eleitos geralmente por legendas "da ordem", reproduzem uma prática clientelista e corporativista que não se distingue muito da política populista. Já os petroquímicos têm-se recusado a conduzir seus líderes a cargos de representação política, o que parece indicar a um só tempo o descrédito das práticas populistas e o pouco alcance da política radical em seus meios. O movimento petroquímico, contudo, tem sido muito exitoso em fornecer quadros aos partidos de esquerda, principalmente aqueles que enfatizam a democratização dos locais de trabalho.

É inegável, portanto, que as melhores condições de remuneração, de escolaridade e de controle técnico sobre a produção se traduzem de fato num maior nível de organização e de defesa de interesses. O que parece variável é justamente o caráter e a natureza desses interesses. A nossa análise dos regimes fabris em Camaçari tem demonstrado a dificuldade de se definir interesses solidários entre capital e trabalho ao nível fabril. Até mesmo a análise de uma forma de gestão paternalista, como a que impera em empresas estatais, demonstrou que esse regime gera as mesmas insatisfações quanto à carreira e às condições de trabalho verificadas nas firmas privadas, apresentando, além do mais, insatisfações adicionais, oriundas de certa ineficiência administrativa e de práticas de favoritismo (Guimarães, 1988).

III. CONCLUSÃO

Nas partes anteriores buscamos precisar os impactos que tiveram sobre o tecido social e político nordestino os investimentos produtivos realizados na região durante as últimas décadas. Caracterizamos as mudanças na estrutura econômica, no mercado de trabalho e na estrutura de classe para, em seguida, analisar com algum detalhe as relações e as formas de gestão do trabalho que revestiram tais mudanças no caso específico da petroquímica. A caracterização e a análise empreendidas permitiram um entendimento mais apurado das formas correntes de organização de interesses, tais como sindicatos, assim como uma melhor avaliação de seu papel enquanto agências formadoras de novos atores sociais e de novas forças sociais.

O texto, entretanto, ficaria inconcluso sem que fizéssemos um esforço para examinar o quadro regional enquanto conjunto de subespaços diferenciados. De fato, os fenômenos analisados até aqui não se distribuem normalmente pelo território regional, e alguns sequer chegaram a se efetivar em alguns dos subespaços. O exame do conjunto faz-se ainda mais necessário quando, a rigor, nunca existiu um Nordeste econômica e politicamente homogêneo. Ao contrário, a região Nordeste é uma aglutinação política de espaços sócio-econômicos bastante característicos. Ao subespaço que tem Recife como centro, mais comumente referido como Nordeste propriamente dito, e que compreende os estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, pode-se facilmente identificar dois outros eixos sub-regionais em torno das cidades de Fortaleza e de Salvador, respectivamente.

Esses três Nordeste apresentam formações sociais distintas, dominados que foram por economias diversas. Em torno do Recife a pujança da economia açucareira e pecuária consolidou-se com a emergência de diversas unidades federativas autônomas que acomodaram uma oligarquia agrária relativamente ampla. Em torno de Fortaleza, uma oligarquia menor e mais sertaneja, baseada tanto na pecuária quanto na cultura do algodão, nunca ultrapassou de fato, pelo menos até os anos sessenta, os limites estreitamente regionais, excetuando-se, é claro, a sua centralidade na "indústria da seca". Salvador, ao contrário, cidade portuária e mercantil, conheceu desde sempre o mando político e o domínio econômico de uma importante burguesia banqueira e exportadora, aninhada no centro de poder nacional.

Foi, portanto, sobre configurações sociais distintas que diferentes modalidades de inversão industrial impactuaram sobre a região. Essas inversões industriais podem ser classificadas em quatro diferentes processos, de acordo com sua natureza.

Deve-se distinguir, primeiro, o processo que consiste na introdução de um ramo industrial numa estrutura tradicionalmente agrícola. Exemplos de tal processo são seguramente a implantação da PETROBRÁS no Recôncavo baiano, em meados dos anos cinquenta e no litoral sergipano, vinte anos depois; mas é provavelmente também a implantação do pólo cloroquímico de Alagoas. Além do mais, todos esses empreendimentos têm ainda em comum dois outros traços: o de terem sido conduzidos pelo capital estatal, e o de se tratarem de ramos industriais tecnologicamente desenvolvidos que requerem uma moderna organização empresarial.

O segundo processo caracteriza-se melhor como o deslocamento de um ramo industrial, no espaço nacional, em busca da otimização de seu desempenho. Configura-se, assim, como uma redivisão regional do trabalho que se efetua *pari passu* à concentração de capital naquele ramo. Foi assim, por exemplo, que se deslocaram para Recife, Salvador e Fortaleza as principais firmas industriais de vários ramos de produção de bens de consumo durável, atraídos pelos incentivos fiscais e outros subsídios ao capital.

Um terceiro processo se diferencia do anterior por se tratar não mais de um deslocamento de firmas nacionais pelos espaços regionais, mas do crescimento de um dado ramo industrial de uma região e da conseqüente alteração da importância relativa dessa região na estrutura deste ramo. Assim ocorreu, por exemplo, com o ramo têxtil cearense que, capitalizado pelos mesmos subsídios e incentivos da política regionalista, passou a competir vantajosamente no mercado nacional; ou ainda, parece ser esse o caso atual da ampliação da capacidade produtiva da indústria petroquímica no Nordeste.

Finalmente, um processo totalmente distinto foi o que caracterizou a criação do II Pólo Petroquímico. Neste caso, é introduzido um novo ramo numa estrutura industrial pré-existente, apesar de pouco desenvolvida, e, o que é mais importante, trata-se de um ramo organizado por diversos capitais individuais e não por uma única firma.

Esses processos ocorreram em momentos diferentes de tempo, tendo alguns deles incidido cumulativamente num subespaço, mas sem ordem de seqüência determinada. Em todo caso, foram processos distintos em termos das relações de produção e das formas de gestão do trabalho que ensejaram, tendo, além do mais, incidido sobre distintas estruturas sociais. Assim, por exemplo, nos casos da industrialização de Recife

e de Fortaleza, os novos contingentes operários criados não parecem ter mostrado grande diferenciação qualitativa face aos contingentes pré-existentes, quer em termos de remuneração, qualificação e escolaridade, quer em termos dos recursos econômicos, políticos e organizativos com que contaram. De modo diverso mas com o mesmo resultado, pode acontecer que, apesar de efetivamente diferenciados, os novos contingentes operários não desenvolvam novas formas de conflito de classe, o que parece ter sido o caso de Alagoas.

Indagar-se porque tais conflitos não ocorreram abre um fértil campo de hipóteses explicativas, as quais parecem ter validade apenas para casos concretos sem nunca configurarem uma hipótese generalizadora.

Em alguns casos é possível que a explicação possa ser encontrada no fato de não terem emergido interesses antagônicos entre gerência e trabalhadores, ou porque a gestão da força de trabalho tenha incentivado a representação dos interesses corporativos no interior da própria empresa, ou porque eram gerentes e trabalhadores servidores de uma empresa estatal monopolista. Mas em outros casos, parece ter sido porque não se desenvolveu uma ideologia de classe que os interesses antagônicos não emergiram. Isso parece especialmente verdadeiro com respeito aos compromissos nacionalistas que marcaram toda a década de cinquenta e de sessenta. Além do mais, é provável que a falta de uma ideologia classista fosse ainda sobre-determinada pela gestão estatal, quando se trata de explicar a ação de trabalhadores em empresas estatais nas décadas referidas. Contudo, há ainda outros casos em que a ausência de uma identidade de classe é melhor explicada pela pujança das ideologias burguesas, como parece sugerir Oliveira (1987) quando fala em super-representação das classes médias na estrutura social. Em tal caso, entretanto, a super-representação parece ser antes um resultado que uma causa da incapacidade destes novos segmentos em estabelecer alianças com outros segmentos operários.

O quadro que rapidamente delineamos acima nos leva a recolocar a questão da validade geral de algum modelo de explicação. De fato, a questão da emergência de novos atores sociais e políticos no Nordeste como consequência de sua industrialização recente tem sido colocada nos termos de pelo menos três modelos explicativos: o modelo da economia de enclave; o modelo da emergência de classes sem identidade de classe; e o modelo das vanguardas operárias localizadas nos setores de ponta. Faremos a seguir uma breve avaliação da adequação desses modelos tendo em mente duas questões básicas: O que cada uma dessas teses avança para o conhecimento da atuação dos novos atores sociais que a industrialização recente introduziu? Qual o nível de generalidade de cada uma delas?

Comecemos pelo modelo do enclave. Como registramos em detalhe na primeira parte do texto, tal modelo foi desenvolvido como uma crítica dos planejadores regionalistas ao caráter "nacionalizado", às vezes "internacionalizado" dos investimentos regionais. Apesar dos equívocos a que a noção conduz, sobretudo por sugerir a ausência de uma vontade política regional respaldando tais investimentos, existem, sem dúvida, algumas semelhanças formais entre a "industrialização" de algumas áreas, em certos períodos, e o modelo de enclave, mormente no que se refere aos escassos efeitos dos investimentos sobre a economia local. No entanto, parece ser ponto pacífico que a noção de enclave desorienta e inviabiliza a análise da ação das classes sociais regionais. Quando menos porque o modelo pressupõe a ausência de mudanças substantivas na estrutura de classes.

Ao contrário, a tese de que a nova industrialização nordestina modifica a estrutura de classes regional, sem ao mesmo tempo proporcionar a emergência de novos sujeitos históricos, coloca-nos de imediato no terreno da análise de classes. A tese exerce mesmo um certo apelo intelectual, devido talvez à elegância e ao refinamento dos seus argumentos. Seu principal pecado, entretanto, parece residir na sua pretensão generalizadora, a qual provém, sem dúvida, de um certo apriorismo lógico. O que demonstramos na segunda parte desse texto, assim como em trabalhos anteriores (Guimarães, 1987; Guimarães e Castro, 1988) é que esta tese não se sustenta diante dos

fatos constituídos a partir da implantação da indústria petroquímica na Bahia. Naquele Estado, a tese oposta parece ser verdadeira: os novos segmentos trabalhadores têm sua ação de classe potencializada pela maior disponibilidade de recursos organizacionais, materiais e ideológicos.

No entanto, a mesma crítica quanto à ambição generalizadora pretendida pela tese de aristocracias operárias, pode ser aplicada à tese da transformação em vanguardas operárias dos novos segmentos trabalhadores trazidos pela industrialização nordestina. De fato, o que vimos com respeito à petroquímica baiana parece não se aplicar de modo automático e imediato ao conjunto do eixo químico do Nordeste — seja à cloroquímica de Alagoas, à petroquímica de Sergipe, ou à álcoolquímica de Pernambuco. Nesses espaços, até que estudos empíricos mostrem sua inadequação, as teses da "aristocracia operária" e da "vanguarda de classe" continuarão a ser hipóteses plausíveis a guiar a reflexão científica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGIER/Michel, 1987 — "Industrialização e mudanças nas relações sociais e raciais na Bahia — Reflexões e hipóteses de trabalho", trabalho apresentado ao XI Encontro Anual da ANPOCS, GT "Processo de Trabalho e Reivindicações Sociais", São Paulo, 1987, 30 pp. ALMEIDA, Rômulo, 1979. "Petroquímica na economia nacional e seu papel numa política regional": *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, 10 (2): 495-550, abr/jun.
- ARAÚJO, Tânia B., 1981. "Industrialização do Nordeste: intenções e resultados", *Anais do Seminário Internacional sobre disparidade regional*, Recife, SUDENE/CNPq, pp. 292-300. ARROIO JR, Raimundo, 1976. "La miséria del milagro brasileño", *Cuadernos Políticos*, 9, jul/sept, México, Era.
- BLAUNER, Robert, 1964. *Alienation and Freedom*. Chicago: University of Chicago Press. CARDOSO, Fernando H. & FALLETO, Enzo, 1970. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, Rio, Zahar.
- CARVALHO, Inaiá, 1971. *Operários e sociedade industrial na Bahia*. Salvador, UFBA. CARVALHO, Ruy Q., 1987. *Tecnologia e trabalho industrial*. Porto Alegre, L & PM. CASTRO, Nadya Araújo, 1988. "Novo operariado, novas condições de trabalho e novos modos de vida nas fronteiras do moderno capitalismo industrial" in ABEP, *Anais do VIº Encontro Nacional de Estudos Populacionais*.
- , 1988a. "Um pólo de transformações" in *Bahia Petroquímica*. EGBA, Salvador, junho (suplemento do Diário Oficial).
- ENGELS, Friederich, 1882. Letter to Kautsky — September, 12, 1882 in *Marx and Engels selected correspondence*, Moscow, Progress, p.p. 365.
- , 1889. Letter to Sorge December, 7, 1889, *Marx and Engels selected correspondence*, Moscow, Progress. FARIA, Vilmar, 1980. "Divisão inter-regional do trabalho e pobreza urbana: o caso de Salvador" in Guaraci, Souza & Vilmar Faria (orgs.), *Bahia de todos os pobres*, São Paulo, Brasiliense/CEBRAP. FERRANTE, Vera L., 1978. *FGTS: ideologia e repressão*, São Paulo, Ática. FRANCO, Tânia Maria, 1983, *O processo de Trabalho numa Indústria Têxtil: Um Estudo de Caso*. Salvador, Mestrado de Ciências Sociais da UFBA, dissertação de mestrado.
- GALLIE, Duncan, 1978. *In search of the new working class*. London: Cambridge University Press.
- GUIMARÃES, Antonio S.A., 1982 *A Formação e a Crise da Hegemonia Burguesa na Bahia*. Salvador, Mestrado de Ciências Sociais UFBA, dissertação de mestrado.
- , 1988. *Factory regime and class formation: the petrochemical workers in Brazil*, University of Wisconsin-Madison, PhD dissertation. GUIMARÃES, A.S.A. & Castro, N.A. 1987. "Movimento Sindical e formação de Classe: Alguns Elementos para uma Discussão Teórico-metodológica", *Cadernos do CRH*, nº 4, Salvador: CRH/UFBA.
- , 1988. "Espaços Regionais de Construção da Identidade: A Classe Trabalhadora no Brasil Pós-77", *Ciências Sociais Hoje: 1988*, São Paulo. ANPOCS/Vértice, pp. 13-49.
- .13-49. HIRATA, Helena, 1984, "Les Effets Sociaux des Grands Projets Industriels: Le Pôle Petrochimique de Camaçari, Bahia", *Colloque Endettement — Grands Projets Industriels et Agricoles*, Paris, Ministère de la Recherche, mimeo.
- HUMPHREY, John, 1981. "A fábrica moderna no Brasil", *Revista de Cultura e Política*, n. 5/6, abr/set. pp. 41-57.
- , 1982. *Fazendo o "Milagre": controle capitalista e luta operária na indústria automobilística brasileira*, São Paulo, CEBRAP/Vozes, 251 pp.
- ISTVAN, Jancsó (coord), 1969. *Mão-de-Obra Operária Industrial na Bahia*. Salvador: Setrabes/Cpe. ■ LEITE, Maria P., 1985. "Classe operária e questão sindical" in M.T. Fleury e R.M. Fisher (coords), *Processo e relações de trabalho no Brasil*, São Paulo, Atlas, pp. 81-97.
- LENIN, Vladimir I. 1969. *Selected Works*, Moscow, Progress.

- LOPES, João, 1987, "Campanhas Salariais e a Mobilização dos Trabalhadores Químicos e Petroquímicos da Bahia", *Relatório Preliminar*. Salvador: CRH/UFBA. MACHADO DA SILVA, L.A., 1972. "The disruptive potential of marginal groups — a discussion", Rutgers University, mimeo.
- MACKENZIE, Gavin, 1976. "The Affluent Worker e Study: An Evaluation and Critique". MALLETT, Serge, 1969. *La nouvelle Classe Ouvrière*, Paris. MARONI, Amnérís, 1982. *A estratégia da recusa*, São Paulo, Brasiliense.
- MOREIRA, Raimundo, 1979. *O Nordeste brasileiro: uma política regional de industrialização*. Paz e Terra, 1979. NELSON, Joan, 1969. *Migrants, urban povrety and instability in developing nations*, Center of international Affairs. Harvard. OLIVEIRA, Francisco, 1972. "Crítica à razão dualista", *Estudos CEBRAP*, nº 2.
- _____, 1987. *O Elo Perdido — Classe e Identidade de Classe*. São Paulo: Brasiliense.
- OLIVEIRA, F. and REICHSTUL, P. 1973. "Mudanças na Divisão Inter-Regional do Trabalho no Brasil", *Estudos Cebrap*, nº 4. PECCHIA, Giuseppe Antonio, 1985. *Controle e resistência da força de trabalho numa indústria petroquímica: a COPENE*. Belo Horizonte: Mestrado em Ciência Política da UFMG, tese de mestrado. QUIJANO, Anibal, 1970. "Redefinición de la dependência y processo de marginalización en America Latina". Santiago, Univ. Chile, mimeo.
- _____, 1971. "Pólo marginal de la economia y mano de obra marginalizada". Lima, Univ. Católica, mimeo.
- _____, 1973. "La formación de un universo marginal en las ciudades de América Latina", M. Castells (org.), *Imperialismo y urbanización en América Latina*, Barcelona. Ed. Gustavo Gili. RODRIGUES, Leoncio M., 1970. *Industrialização e atitudes operárias*, São Paulo, Brasiliense. SOARES, Glaucio, 1965. "Desarrollo economico y radicalismo político", J. Kahl (ed.), *La industrialización en América Latina*. México, Fondo de Cultura Económica.
- _____, 1967. "The political sociology of uneven development in Brazil" in S.M. Lipset (ed), *Party Systems and voter alignments*, New York, The Free Press.
- SUAREZ, Marcos Alban, 1986. *Petroquímica e Tecnoburocracia*. São Paulo, HUCITEC. SUAREZ, Maria Tereza S., 1981. "O Recife se mudou", *Estudos de População, VII — Recife*, CEBRAP, São Paulo. VIANNA, L. Werneck, 1984. "Atualizando uma bibliografia: novo sindicalismo, cidadania e fábrica", S/S, nº?
- 17, ANPOCS, São Paulo, pp. 53-69. WOODWARD, J. 1965. *Industrial Organization: Theory and Practice*, London.